



*Brasil mais eficiente,  
país mais justo*

# *Aumentar a eficiência dos recursos investidos na construção pode trazer um impacto social e econômico significativo*

## Aumento da Eficiência da Construção Civil



## Principais Impactos

### Impacto Social

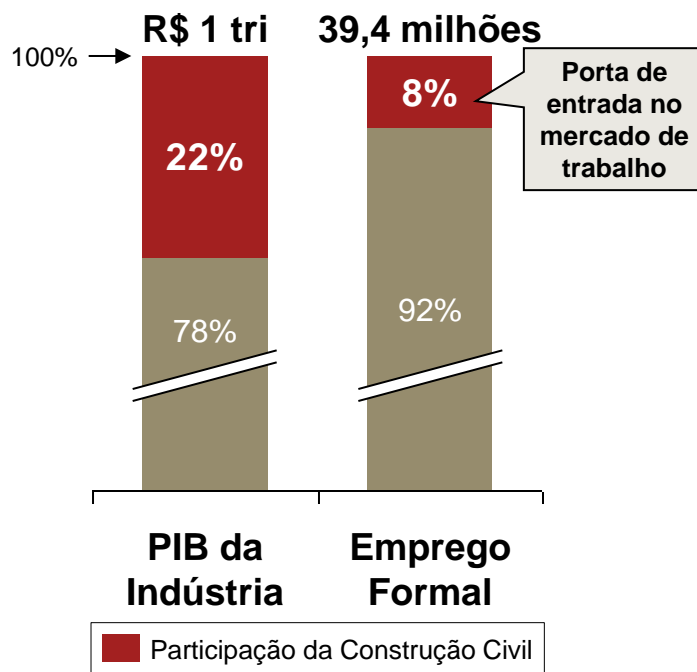
- Maior capacidade do governo em **enfrentar o déficit habitacional** através dos programas de habitação de interesse social
- **Melhores serviços públicos** – transportes, saúde, educação, saneamento, segurança, lazer
- **Melhor qualidade de vida** à população
- **Criação de riqueza/ prosperidade**

### Impacto Econômico

- **Melhoria da infraestrutura logística** (transporte e armazenagem), **de telecomunicações e energética**, aumentando a eficiência de diversos setores econômicos e reduzindo os custos de produção:
  - **Aumento da competitividade da economia brasileira em relação ao exterior**, gerando emprego e renda
  - **Maior acesso da população aos bens de consumo**

# O setor de construção civil é um indutor significativo de renda e emprego no Brasil

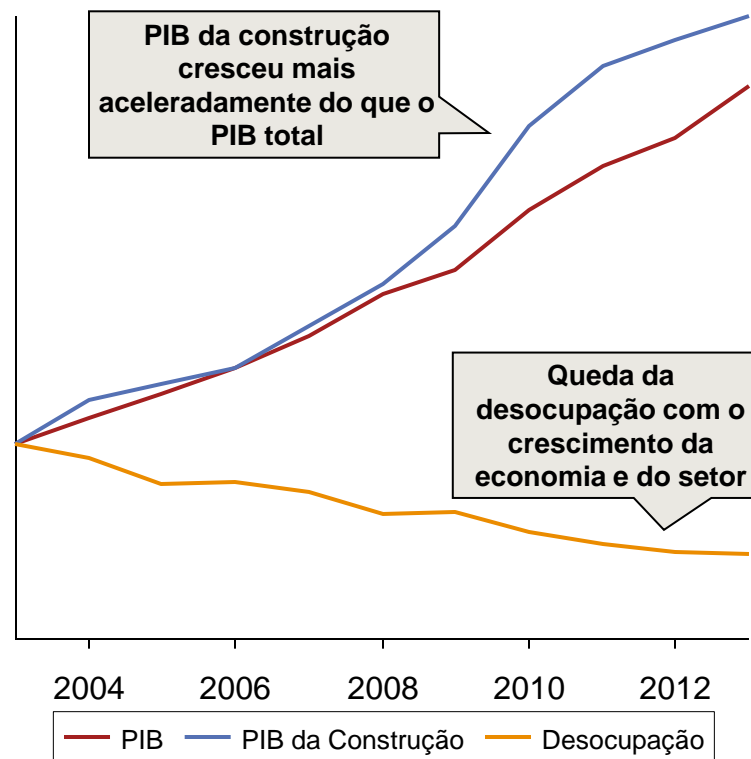
## Relevância do Setor da Construção



**Impacto do setor vai além da construção, atingindo outras cadeias (ex.: eletrodomésticos, móveis, serviços etc)**

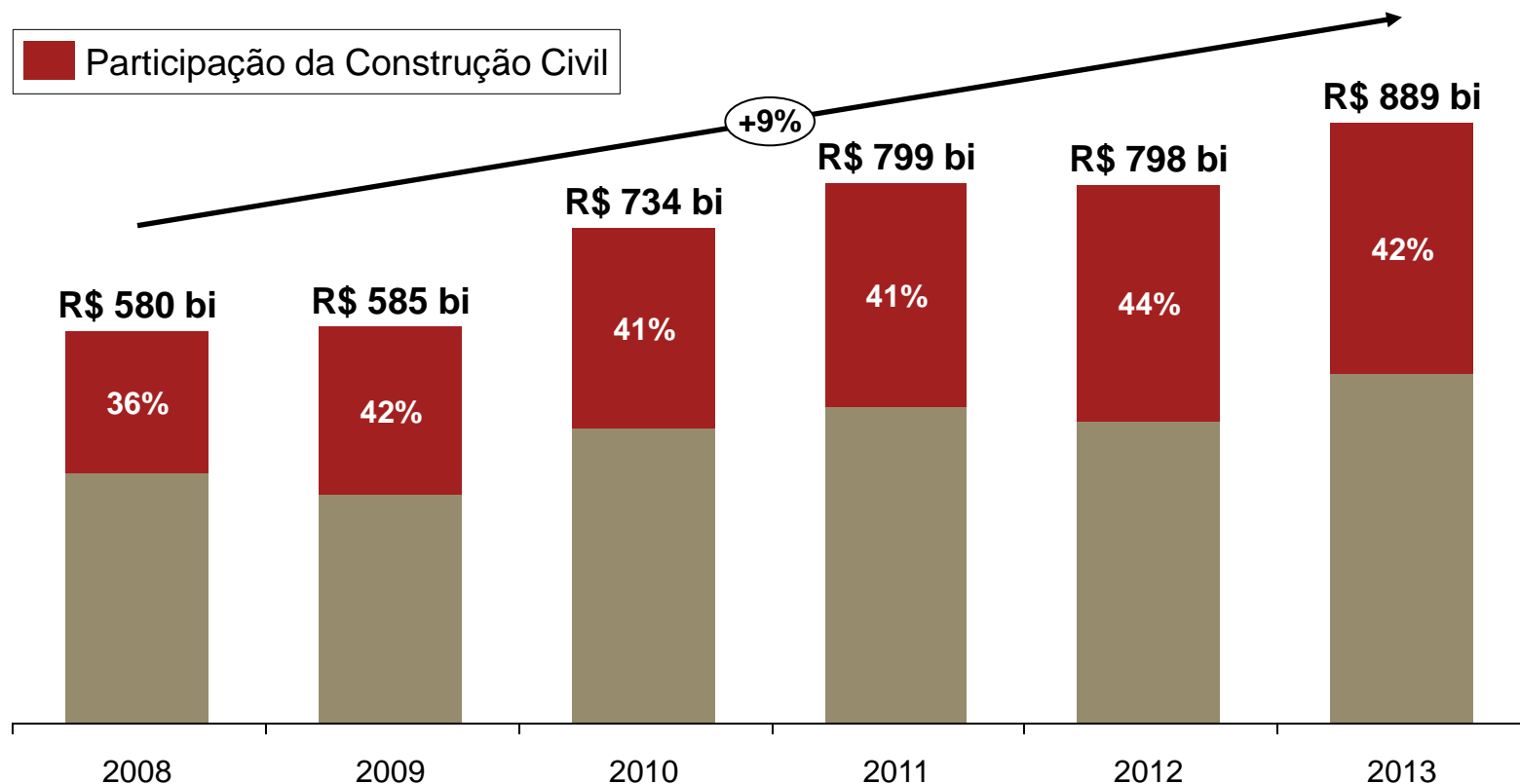
Fonte: IBGE; Caged/MTE; Análise Strategy&

## Evolução do PIB, PIB da Construção e Desocupação 2003 = Base 100



## *Este setor representa uma parcela relevante da formação bruta de capital fixo no país*

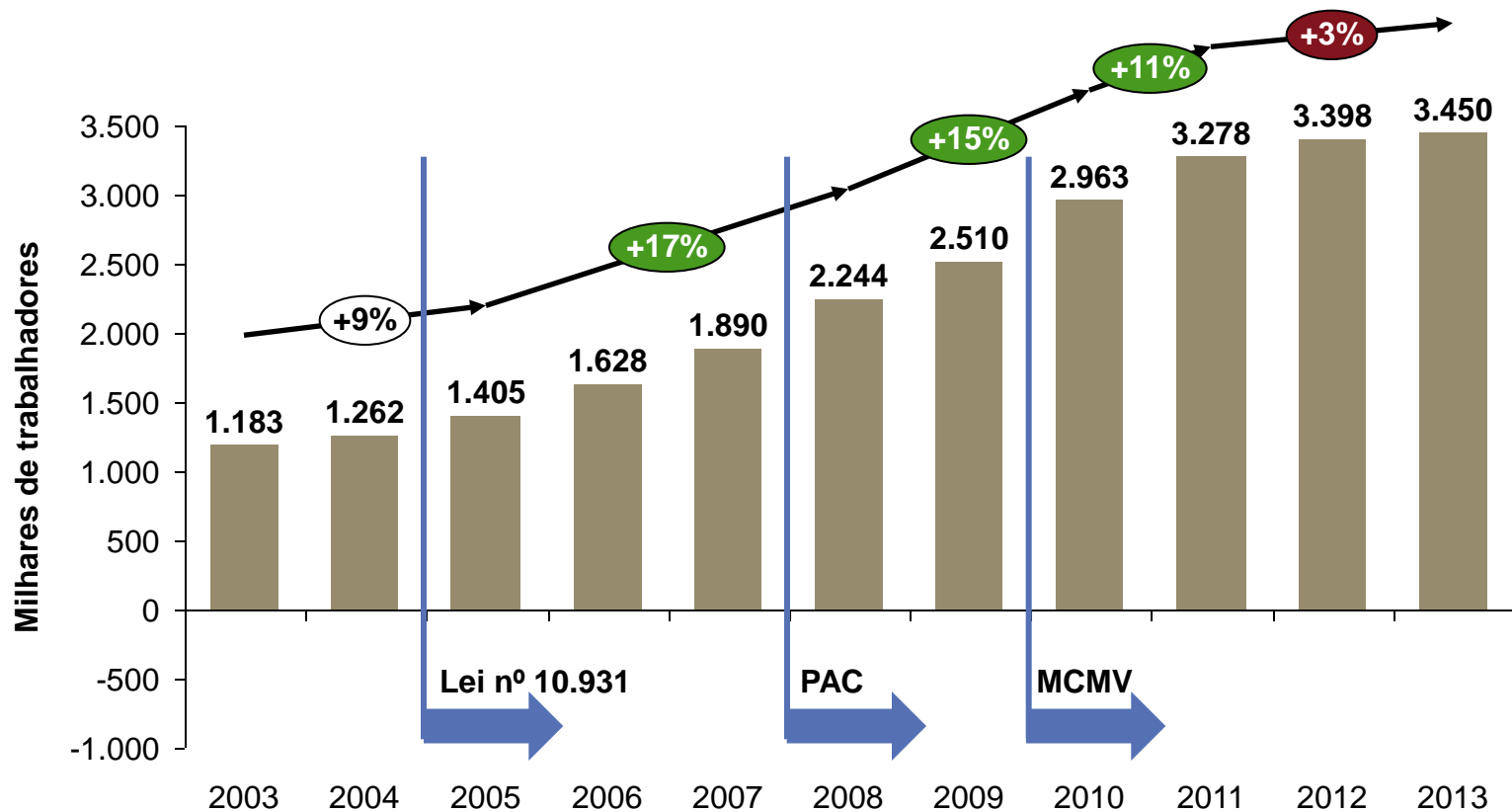
**Formação Bruta de Capital Fixo** Preços correntes



Fonte: IBGE – elaboração Banco de Dados CBIC

# *Ações do Governo podem trazer impactos significativos neste setor – com aumento de empregos*

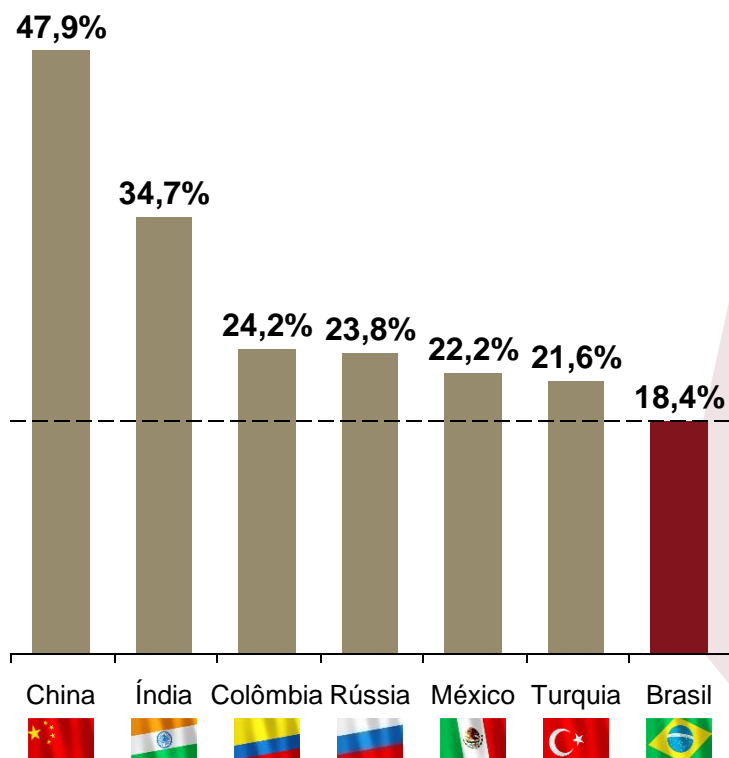
## **Estoque de Empregos no Setor da Construção**



Fonte: SindusConSP; RAIS; Análise Strategy&

# *No entanto, a capacidade de investimento no país vem sendo limitada por uma série de fatores – tornando o tema de eficiência ainda mais importante*

## Taxa de Investimento 2013 Casos Internacionais



- Necessidade de **resultado primário positivo para controlar a dívida pública**
- Comprometimento de grande parte do orçamento – cerca de **70% em despesas correntes e 25% em despesas de capital**
- Crescimento recente da **carga tributária limita a capacidade de investimento privado**

**Limitações para investimentos públicos e privados**

(1) Formação Bruta de Capital Fixo sobre PIB  
Fonte: IBGE; FMI; Análise Strategy&

# *Dessa forma, nossas propostas para aumento de eficiência contemplam seis principais temas*

## Aumento de Eficiência na Construção Civil

### Infraestrutura

- Lei de Licitações e RDC
- Gestão pública – contratação, aprovação de projetos, fiscalização e controle
- Participação do setor privado

### Infraestrutura Urbana

- Planejamento urbano
- Revitalização de centros urbanos
- Comunidades planejadas e adensamento
- Participação do setor privado em Saneamento e Mobilidade Urbana

### Mercado Imobiliário

- Programas de redução de déficit habitacional – ex.: MCMV
- Burocracia
- Trabalho social

### Melhores Empregos

- Produtividade
- Capacitação
- Subemprego
- Legislação – jovens aprendizes, deficientes e trabalho análogo ao escravo
- Combate à informalidade

### Inovação e Tecnologia

- Programas de inovação
- Pesquisa
- Financiamento à máquinas e equipamentos
- Papel do governo

### Sustentabilidade

- Legislação ambiental
- Eficiência no uso da energia, da água e no tratamento de resíduos sólidos

# ***Infraestrutura***

<b>Planejamento e Contratação</b>	<b>Revisar a Lei de Licitações (8.666/93), aproveitando as inovações trazidas pelo RDC que não afrontem os princípios básicos da licitação, eliminando a existência de duas leis gerais de licitação (8.666 e RDC), que traz insegurança e distorções</b>
	<b>Criar mecanismos de certificação da qualidade de projetos</b>
	<b>Implementar Matriz de Risco nas licitações, de forma a compatibilizar os recursos e prazos efetivamente disponíveis aos cronogramas e orçamentos de execução.</b>
<b>Execução e Fiscalização</b>	<b>Implementar melhorias operacionais na execução do PAC, com atenção especial à necessidade de diálogo entre agentes envolvidos e órgãos de controle</b>
	<b>Prover mecanismos de defesa para o gestor público nos 3 níveis de governo quando acionado por ato de exercício da função – por exemplo, seguro</b>
	<b>Definir, com clareza e transparência, critérios de fiscalização para possibilitar uma fiscalização efetiva, uniforme e justa</b>
<b>Participação do Setor Privado</b>	<b>Estimular a participação do setor privado através de PPPs e concessões, aumentando o investimento e melhorando a gestão</b>
	<b>Formular modelo que permita a participação de médias empresas nos processos de contratação, em concessões e PPPs</b>



# ***Infraestrutura Urbana***

<b>Planejamento Urbano</b>	<b>Realizar planejamento da expansão urbana (zoneamento), integrando políticas de habitação, saneamento e mobilidade urbana</b>
	<b>Adaptar legislação relacionada à revitalização de centros urbanos para aumentar competitividade dessas regiões</b>
	<b>Incentivar comunidades planejadas e adensamento para reduzir impacto em novas áreas e melhorar utilização da infraestrutura existente</b>
	<b>Aumentar a participação da sociedade no planejamento de longo prazo para o desenvolvimento sustentável das cidades – ex.: “O Futuro da Minha Cidade”</b>
<b>Saneamento</b>	<b>Estimular a participação do setor privado através de diversos modelos de contratação, aumentando o investimento e melhorando a gestão – PPPs, locação de ativos, contratos de gestão</b>
<b>Mobilidade Urbana</b>	<b>Formular parcerias com o setor privado para investimentos em mobilidade urbana, garantindo atratividade para os envolvidos</b>

---

## ***Mercado Imobiliário***

**Criar mecanismos que garantam a perenidade de programas de redução de déficit habitacional – ex.: MCMV**

**Implantar melhorias de processos de cartórios e prefeituras para reduzir custos burocráticos**

**Manter aporte de recursos do FGTS e da poupança para investimentos em habitação, preservando autonomia do CCFGTS e analisando outras fontes de recursos**

**Ampliar trabalho social nos programas de redução de déficit habitacional, permitindo melhor inserção dos beneficiários às novas condições de vida**

## ***Melhores Empregos***

**Modernizar as relações de trabalho com foco no aumento da produtividade**

**Criar um Programa Nacional de Capacitação adequado ao contexto atual da indústria e do trabalhador, condicionando o seguro desemprego à participação em programas de capacitação**

**Reconhecer a legalidade da subempreita na construção, reforçando a responsabilidade do contratante sobre a qualidade e as relações de trabalho**

**Adequar a legislação de cotas de jovens aprendizes e deficientes para o setor da construção**

**Definir claramente características que configurem trabalho análogo ao escravo**

**Aumentar o rigor no combate à informalidade, modificando critérios de medição de desempenho de fiscais**

## ***Inovação e Tecnologia***

<b>Inovação e Capacitação</b>	<b>Melhorar a estruturação do SINAT, dando agilidade no ciclo de aprovação</b>
	<b>Reforçar rede de institutos tecnológicos para a construção – ex.: ISI- SENAI</b>
	<b>Elaborar programa de incentivos fiscais para empresas inovadoras</b>
	<b>Criar linha de financiamento de máquinas e equipamentos nos moldes BNDES/ PSI com condições especiais para micro e pequenas empresas</b>
	<b>Criar programas de capacitação de micro, pequenas e médias empresas</b>
<b>Pesquisa</b>	<b>Criar Fundo Setorial de Ciência e Tecnologia específico para a construção</b>
	<b>Incentivar universidades à desenvolverem pesquisas para solucionar gargalos de demandas na cadeia da construção</b>
<b>Alavancagem de Ações do Governo</b>	<b>Criar normalização focada no desempenho da edificação, aos moldes da ABNT/NBR 15.575:2013 para obras residenciais, para demais empreendimentos públicos</b>
	<b>Atuar como indutor da tecnologia BIM</b>
	<b>Utilizar programas de governo e obras públicas para incentivar aplicação de inovação e sustentabilidade na construção</b>
	<b>Monitorar a qualidade das obras públicas e premiar melhores desempenhos para incentivar a qualidade da construção no setor público</b>

# ***Sustentabilidade***

**Consolidar legislação ambiental através de diretrizes nacionais e da integração das três esferas de governo**

**Criar legislação ambiental específica para áreas urbanas, garantindo equilíbrio adequado entre preservação e desenvolvimento**

**Legislação de Incentivo à Sustentabilidade**

**Incentivar a produção individual e o investimento de produção em massa de energias renováveis**

**Aumentar a eficiência no consumo de energia, através de certificação aos moldes do PROCEL EDIFICA**

**Incentivar a diminuição do desperdício de água na distribuição e a captação de águas de chuva nos empreendimentos**

**Criar mecanismos para garantir destinação final de resíduos e incentivar a redução de resíduos não-recicláveis**

**Criação de política para compras públicas sustentáveis**

**Incentivar o desenvolvimento de cidades sustentáveis**

# ***Infraestrutura***

*Infraestrutura Urbana*

*Mercado Imobiliário*

*Melhores Empregos*

*Inovação e Tecnologia*

*Sustentabilidade*

# Endereçar as lacunas de infraestrutura exige aumento significativo dos investimentos

## Ranking de Competitividade 2013

Posição Brasil em 148 países

Critério	Ranking
Infraestrutura (Geral)	114
Rodovias	120
Ferrovias	103
Portos	131
Transporte Aéreo	123
Oferta de Eletricidade	76

**Déficit de infraestrutura**

## Investimento em Infraestrutura no Brasil % do PIB



- Setores dos investimentos:
  - Transportes (estradas, aeroportos, ferrovias e portos)
  - Energia
  - Telecomunicações
  - Saneamento
  - Mobilidade urbana

(1) Estimativa com base em estudos de consultorias e outras entidades e divulgados em notícias

Fonte: WEF 2013-2014 Global Competitiveness Report; Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022 – CNI; Perspectiva do Investimento BNDES; Clipping; Análise Strategy&

# A parceria com o setor privado é uma alternativa importante para ampliar a capacidade de investimento



Impactos positivos no investimento e em sua eficiência

- **Complemento ao investimento público** – alavanca de crescimento
- Oportunidade de **melhorar eficiência de serviços públicos** através da iniciativa privada

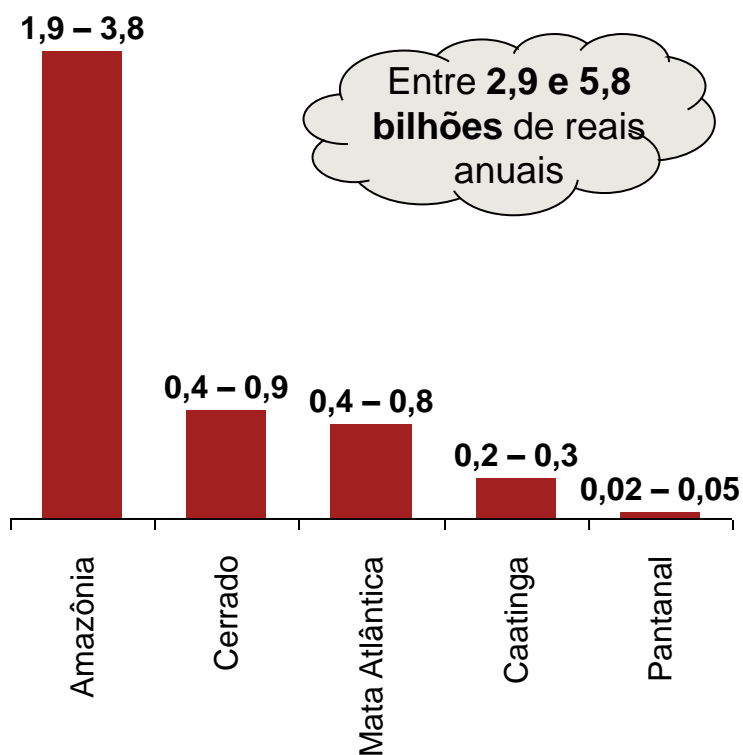
Estímulos para atrair investimento do setor privado

- **Reforçar instrumentos para minimizar riscos às empresas privadas** que disputam concessões
- Permitir modelo de **participação em consórcio por médias empresas** nas licitações
- Estudar **modelo de locação de ativos**, não requerendo comprometimento de longo prazo por parte do setor privado



## É importante ampliar as formas de garantia das PPPs – por exemplo, créditos de carbono podem ser uma alternativa

Potencial Econômico Anual das Unidades de Conservação no Brasil Crédito Carbono, R\$ bilhões



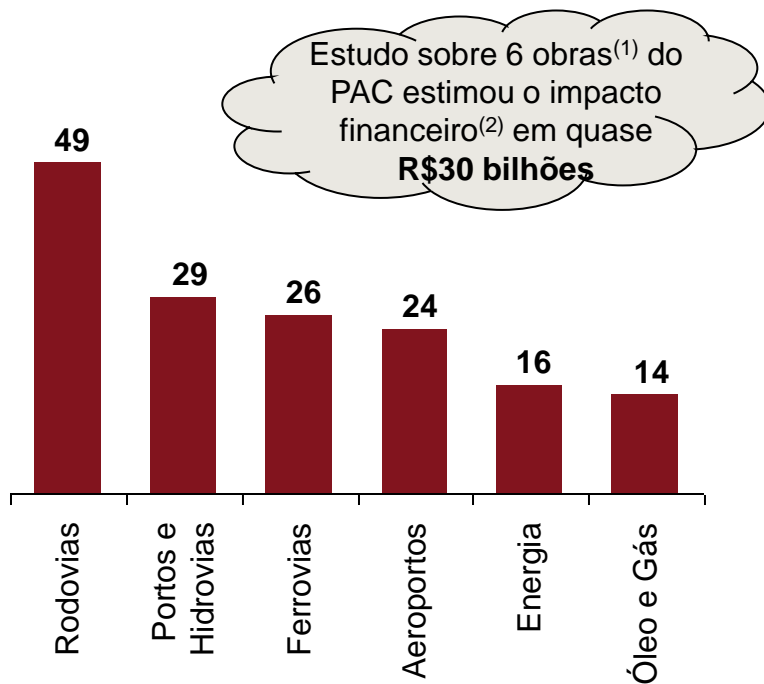
### Exemplo de Aproveitamento do Potencial das Unidades de Conservação

- Criação de fundo a partir do estoque de crédito de carbono
  - Recursos poderiam ser utilizados como contrapartida em projetos realizados através de PPP
- ↓
- Viabilização das PPPs lançadas pelo governo
  - Maior utilidade das unidades de conservação – em geral não são áreas lucrativas

Fonte: MMA – “Contribuição das Unidades de Conservação Brasileiras para a Economia Nacional”; Clipping; Análise Strategy&

## Em adição ao aumento de investimentos, é necessário aumentar a eficiência dos investimentos em curso

Média de meses em atraso por obra do PAC por setor Janeiro de 2014



### Principais motivos de atraso em obras do PAC

- 1 Má qualidade dos projetos básicos**, utilizados para a realização do orçamento e posterior licitação das obras
- 2 Demora na obtenção de licenças** ambientais e na realização de desapropriações
- 3 Má gestão dos projetos** durante as obras, com superestimativa de benefícios e subestimativa de prazos e custos
- 4 Falta de qualificação técnica e experiência** das equipes que preparam, gerem e acompanham os projetos
- 5 Viés da decisão política** em detrimento dos critérios técnicos, que levam a má fixação de prioridades e prazos

(1) Obras estudadas: Aeroporto de Vitória, esgotamento sanitário da Bacia do Cocó, transposição do São Francisco, Ferrovia de Integração Oeste-Leste, trecho da BR-101 no sul de Santa Catarina e as linhas de transmissão ligando as hidrelétricas do Rio Madeira ao sistema interligado nacional

(2) Considera gastos diretos com o atraso das obras e indiretos como custo de oportunidade e demandas não capturadas devido aos atrasos

Fonte: Estudo CNI – “Custo do Atraso”; Análise Strategy&

# *De forma mais específica, uma série de melhorias podem ser feitas no PAC*

## Sugestões de Melhoria no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

### Diálogo entre agentes envolvidos

- Promover a participação das construtoras nas reuniões regionais de acompanhamento do Programa, por meio do **Grupo Gestor de Investimento (GGI)**
- Promover uma “**Reunião Inaugural da Obra**” envolvendo Caixa, agente conveniado tomador e a construtora, antes da ordem de Início do empreendimento
- **Permitir diálogo entre os principais agentes envolvidos** para agilizar possíveis entraves

### Aferição por etapas de execução

- Substituir **metodologia atual de medições mensais** de obras e respectivas liberações de recursos – inclusive para contratos em andamento
- **Criar maior flexibilidade dentro das etapas** para resolver problemas de projeto, **reduzindo entraves no desenvolvimento da obra**

### Capital de giro para as construtoras

- Criar **linha de crédito, vinculada ao próprio contrato da obra**, para compor **capital de giro das construtoras** – compra de material básico com melhores preços no início da obra
- **Assegurar o cumprimento dos compromissos das construtoras** dado que a maioria dos contratos não são reajustados ao longo da obra

### Trabalho social

- Discutir transparência de responsabilidades contratuais de construtoras e agentes sociais contratados pelos agentes financiadores para desenvolvimento do trabalho social nas HIS (faixa I)
- Reconhecer dificuldade na entrega do empreendimento pelas construtoras em razão de não haver sintonia do desenvolvimento das obras físicas com o trabalho da equipe técnica social

### Remuneração adequada

- Implementar **modelo simplificado e transparente** de cálculo dos Encargos Sociais Complementares (transporte, alimentação, segurança etc) que componha a estrutura de custos do SINAPI
- **Reduzir atritos e contradições sobre acordos coletivos de trabalho** na construção na apresentação de orçamento das obras

# ***Por exemplo, os regimes de contratação devem privilegiar o desenvolvimento de projetos mais completos e revisar os critérios de seleção***

## **Principais Questões na Gestão Pública dos Investimentos em Infraestrutura**

**Planejamento e Contratação**

**Aprovação dos Projetos e  
Licenciamentos**

**Execução e Fiscalização**

**Planejamento  
dos Projetos**

- **Obras licitadas com base em anteprojetos e projetos básicos –**
  - Falta de visibilidade das dificuldades técnicas de execução
  - Menor precisão de orçamento e cronograma

**Utilização de  
Projetos mais  
Completos**

**Critérios de  
Seleção**

- **Modelos atuais privilegiam contratação de projetos de menor preço, sem visão da relação custo/ benefício dos projetos**

**Contratação com  
base em “Melhor  
Compra”**

**Necessidade  
de Revisão dos  
Modelos de  
Contratação**

- **Os modelos de contratação (8.666, RDC) devem ser revisados com base nas especificidades das obras e serviços de engenharia**
  - A existência de duas leis gerais de licitação (8.666 e RDC) traz insegurança e distorções
  - A lei 8.666/93 pode ser atualizada, aproveitando-se de inovações trazidas pelo RDC que não afrontem os princípios básicos da licitação

# *Além disso, é necessário balancear incentivos e equalizar critérios na aprovação e fiscalização de projetos pela administração pública*

## Principais Questões na Gestão Pública dos Investimentos em Infraestrutura

Planejamento e Contratação

Aprovação dos Projetos e  
Licenciamentos

Execução e Fiscalização

### Incentivos Contrários a Decisões Técnicas

- Funcionários públicos com poder de decisão de aprovação de projetos podem ser acionados como pessoa física, gerando **maior aversão ao risco e atrasos em aprovações**
- Necessidade de **garantia de recursos de defesa** aos funcionários – por exemplo, através de um seguro

### Fiscalização Inconsistente

- **Falta de clareza e transparência de critérios**
  - Fiscais tomam **decisões baseadas em sua própria interpretação da lei** – necessidade de formular **critérios claros** para evitar ambiguidades e a aplicação de fiscalização **efetiva, uniforme e justa**
  - Necessidade de criar **mecanismos de responsabilização para abusos de poder na fiscalização**
- **Falta de definição do papel dos agentes fiscalizadores (ex: CEF, prefeituras) em obras do PAC (ex.: responsabilidade por fiscalização da execução do que foi contratado vs. fiscalização da qualidade)**
- **Necessidade de maior diálogo com os órgãos de controle (ex.: TCU) para evitar insegurança jurídica**

*Infraestrutura*

***Infraestrutura Urbana***

*Mercado Imobiliário*

*Melhores Empregos*

*Inovação e Tecnologia*

*Sustentabilidade*

# A parceria com o setor privado é uma alternativa importante para ampliar a capacidade de investimento



**Impactos positivos no investimento e em sua eficiência**

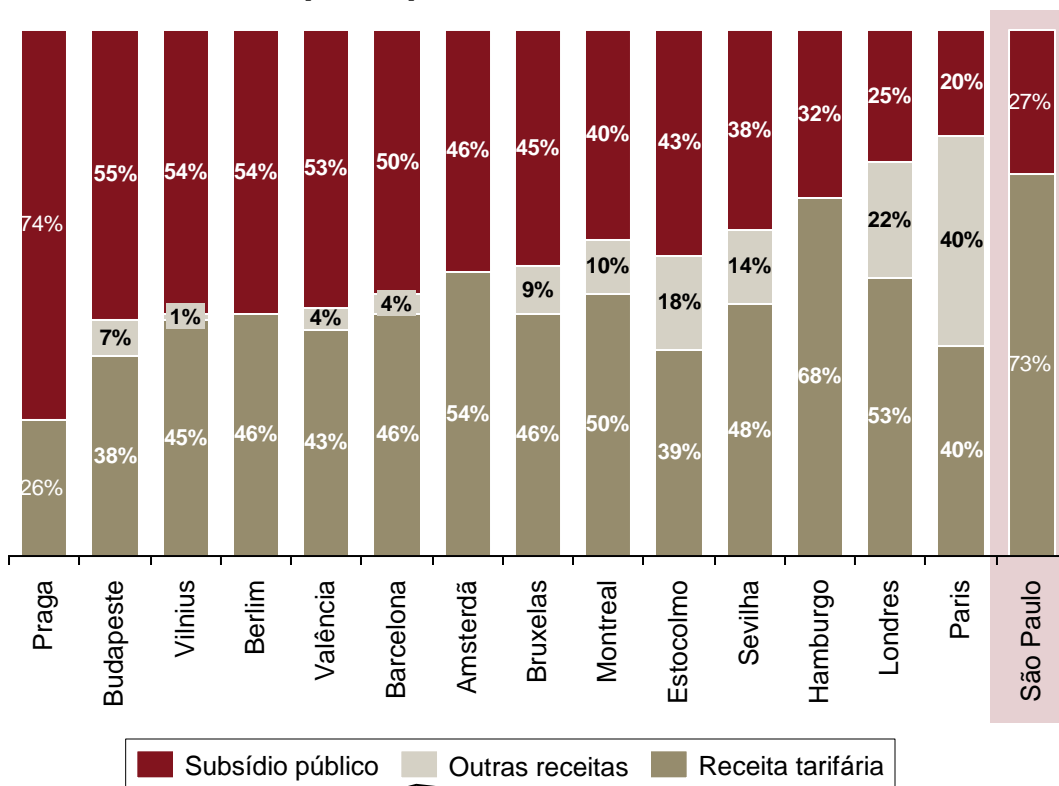
- **Complemento ao investimento público** – alavanca de crescimento
- Oportunidade de **melhorar eficiência de serviços públicos** através da iniciativa privada

**Estímulos para atrair investimento do setor privado**

- **Reforçar instrumentos para minimizar riscos às empresas privadas** que disputam concessões
- Permitir modelo de **participação em consórcio por médias empresas** nas licitações
- Estudar **modelo de locação de ativos**, não requerendo comprometimento de longo prazo por parte do setor privado

# As parcerias com o setor privado para Mobilidade Urbana devem equacionar a atratividade para os envolvidos

## Custeio do transporte público



Outras receitas incluem publicidade, pedágio em áreas centrais, imposto de transporte (VT na França) etc

## Exemplo no Brasil



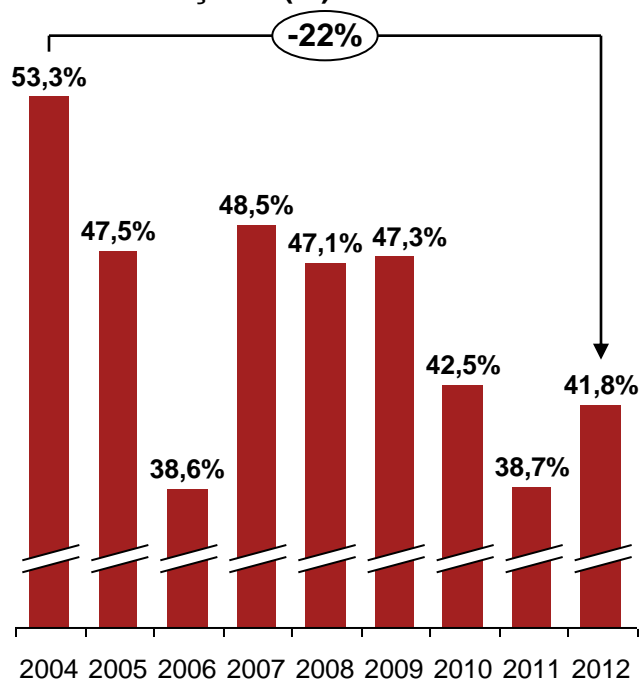
- **VLT – Rio de Janeiro**
  - Concessão da construção e operação do VLT por 25 anos
  - Subsídios da prefeitura de R\$ 6 milhões ao mês durante o período de concessão

Fonte: European Metropolitan Transport Authorities – EMTA Barometer 2011; Clipping; Prefeitura de São Paulo; Prefeitura do Rio de Janeiro; Análise Strategy&



# No setor de saneamento, há oportunidades de melhoria que podem ser endereçadas a partir de investimentos privados

Índice de Perdas de Água na Distribuição<sup>(1)</sup> (%) – LEP<sup>(2)</sup>



(1)  $(\text{Volume de Água (Produzido Tratado Importado - de Serviço)} - \text{Volume de Água Faturado}) \div (\text{Volume de Água (Produzido Tratado Importado - de Serviço)})$ ;

(2) Prestadores Locais Privados

Fonte: Relatórios SNIS – Diagnóstico de Serviços de Água e Esgoto

## Propostas para o Setor de Saneamento

- Incentivar a contratação de Programas de Redução de Perdas nas estatais, inclusive através de PPPs
- Ampliar o uso da modalidade de Aluguel de Ativos
- Buscar soluções nos Planos Municipais de Saneamento com integração de municípios vizinhos ou bacias
- Conseguir isenção de PIS/COFINS no Saneamento, vinculando recursos à melhoria de gestão, com indicadores
- Apresentar Índices de eficiência do sistema, perda de água e percentual de tratamento de esgoto nas contas de fornecimento ao consumidor
- Alterar o tratamento orçamentário/contábil para que os recursos destinados a Projetos sejam considerados Investimento
- Superar barreiras ideológicas e corporativas para garantir maior participação do capital privado

# *O Planejamento urbano de longo prazo é um elemento chave para aumentar eficiência na construção imobiliária brasileira*

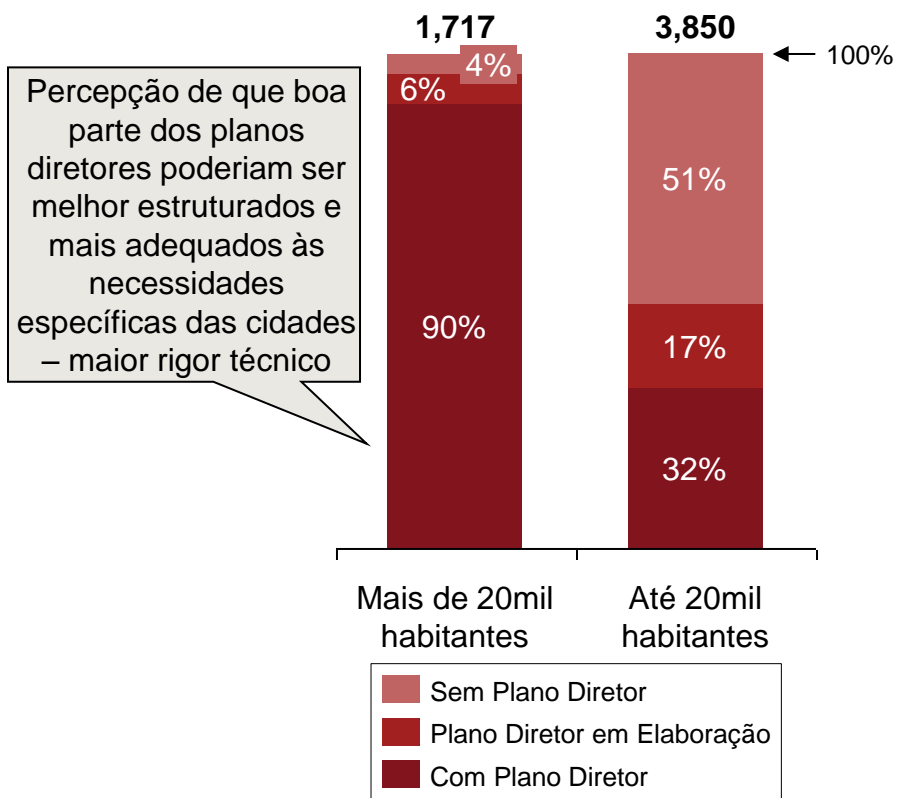
## Principais Questões

### Planejamento de Longo Prazo





- Baixo número de **municípios com plano diretor** estruturado
- Falta de planejamento de **expansão urbana com zoneamento** específico
- **Falta de articulação entre políticas públicas de desenvolvimento urbano** – saneamento, habitação e mobilidade
- Desenvolvimento de **ações pontuais** de restauração e revitalização de centros urbanos
- **Falta de visão integrada** entre municípios no **planejamento de regiões metropolitanas**
- **Baixa participação da sociedade no planejamento**

# Os planos diretores dos municípios poderiam ser melhor estruturados e mais atualizados

## Municípios Brasileiros e Existência de Plano Diretor



## Exemplos de Atrasos na Revisão de Planos Diretores

Município	Data Prevista de Revisão	Data Real de Revisão
 PREFEITURA DA CIDADE DE <b>SÃO PAULO</b>	2006	2014
 PREFEITURA DE <b>LONDRINA</b>	2008	2014
 Prefeitura Municipal de São Carlos	2010	2014*
 <b>JUIZ DE FORA</b> PREFEITURA	2010	2014*

(\*) Em fase de discussão/ aprovação

Fonte: Munic/IBGE; Clipping

# *O planejamento da expansão urbana é chave para uma urbanização eficiente*

## Causas da Ineficiência da Urbanização

- **Desintegração** do planejamento das prefeituras em uma mesma **microrregião/ região metropolitana**
- **Políticas públicas segregadas** de habitação, saneamento e mobilidade urbana -- **maior custo global**
- Falta de análise de **investimento em diretrizes** em áreas de expansão
- **Imediatismo na desapropriação** de áreas para construção gerando aumento de preços
- **Expansão não controlada** gerando elevados custos de desapropriação futuros

## Alternativas de Solução

### Integração de Região Metropolitana

- **Planejamento conjunto** entre municípios da mesma região metropolitana
- Análise de **cenários mais eficientes de investimento** em infraestrutura urbana considerando **demandas da microrregião**

### Planejamento das Prefeituras

- Elaboração de **plano diretor** que contemple área de **expansão com zoneamento**
- **Suporte dos Estados** aos Municípios em **questões técnicas** do plano diretor
- Zoneamento como **requisito para receber verbas** de programas de habitação
- **Integração** de projetos de expansão em **habitação, saneamento e mobilidade**

## ***Em adição, é necessário maior planejamento para incentivar o melhor aproveitamento de áreas já urbanizadas***

### **Programas de Revitalização**

- Existência de **empreendimentos obsoletos em centros urbanos**, com estrutura incapaz de atender atuais demandas de utilização – ex.: vagas de garagem, perfil de escritórios, etc.
- **Oportunidade de melhor aproveitamento da infraestrutura em torno destes empreendimentos**
- Necessidade de **flexibilização de requerimentos urbanísticos para áreas de revitalização**
- Necessidade de programas de **revitalização por áreas/ regiões vs. ações pontuais em edificações**

### **Exemplos de Projetos**

#### **Porto Maravilha – Rio de Janeiro**



- Projeto abrange 5 milhões de m<sup>2</sup> que serão reurbanizados e receberão um novo padrão de serviços urbanos como coleta seletiva e iluminação econômica

# Conceitos como comunidades planejadas e adensamento surgem como solução urbana para reduzir deslocamentos

## Propostas para Redução de Deslocamentos

### Comunidade Planejada

- Contempla áreas onde a população possa **morar, trabalhar e consumir** – “**mini cidades**”
- Conceito diferente de **conjunto habitacional** – com áreas específicas de comércio, de preservação etc

### Adensamento

- **Adensamento populacional** com o objetivo de **encurtar distâncias percorridas** pela população
- Requer **planejamento e investimentos em mobilidade** – transporte público, ciclovias, facilidades para pedestres etc

**Promove menores deslocamentos e utilização de transporte de massa**

## Exemplos de Projetos

### Setor Noroeste – Brasília



#### Conceito

- Projeto de bairro ecológico
  - Utilização de energia solar
  - Coleta de água da chuva
  - Sistema à vácuo de coleta de lixo
  - Iluminação pública econômica
- Zoneamento específico para áreas residenciais e comerciais, além de áreas verdes preservadas

#### Implementação

- Sistema iluminação deficiente
- Sistema de transporte público insuficiente – poucas linhas de ônibus
- Falta de placas, calçadas e comércio na região
- Redes de água e energia instáveis

Fonte: Clipping; Análise Strategy&

# *A sociedade, em parceria com o governo, pode contribuir no planejamento sustentável das cidades*

## Exemplo de Projeto – O Futuro da Minha Cidade



O FUTURO DA  
MINHA CIDADE



- Sensibilização das principais lideranças do município sobre uma **parceria entre a sociedade e a prefeitura**
- Estruturação de modelo de **plano de trabalho como facilitador na implantação de programas** de planejamento e desenvolvimento sustentável que sejam **permanentemente ativos**
- Mobilização da **sociedade local para ser protagonista no futuro da sua cidade**, criando soluções para a **sustentabilidade urbana** e estruturando o desenvolvimento da região **com foco para longo prazo**
- **Promoção de comunidades inclusivas, solidárias e justas** com acesso aos serviços públicos, educação, saúde, oportunidades de emprego, formação profissional, atividades culturais e esportivas, informação e ao direito à habitação em condições socioambientais de boa qualidade

*Infraestrutura*

*Infraestrutura Urbana*

***Mercado Imobiliário***

*Melhores Empregos*

*Inovação e Tecnologia*

*Sustentabilidade*

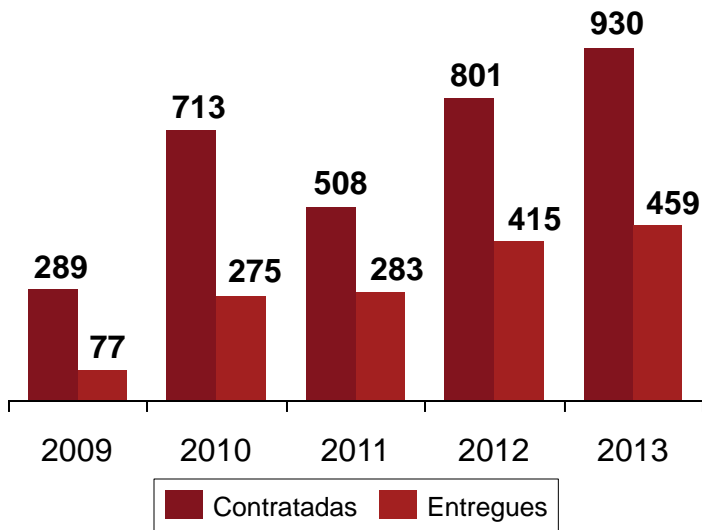


# O Programa Minha Casa Minha Vida teve importante papel na redução do déficit habitacional

**Evolução do Programa Minha Casa Minha Vida**  
Milhares de unidades

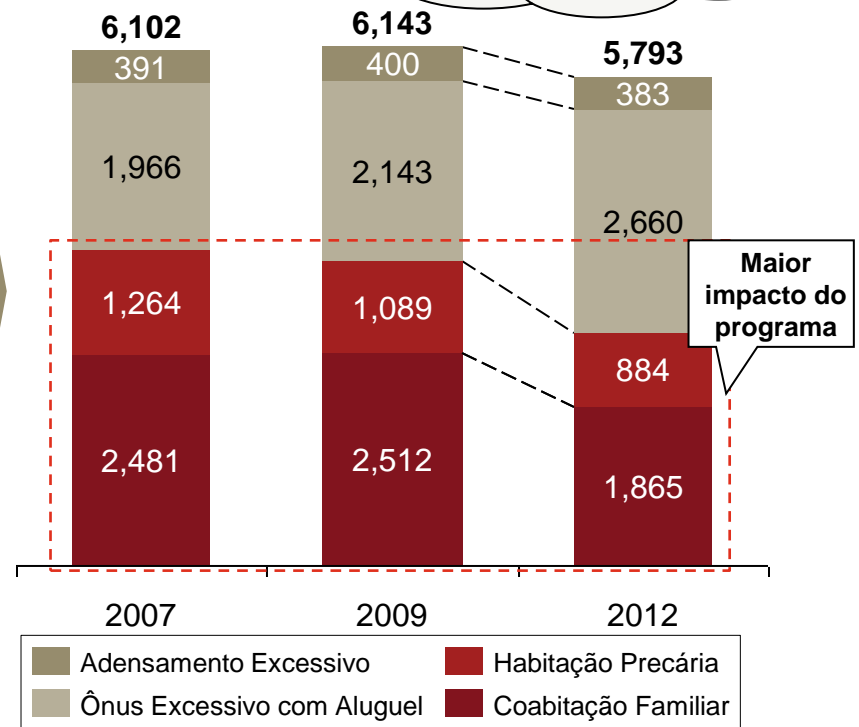


Em 5 anos: 3,2 milhões de unidades contratadas e 1,5 milhões entregues



**Evolução do Déficit Habitacional no Brasil**  
Milhares de unidades

Queda de mais de 300mil unidades no período do PMCMV



Fonte: Ministério das Cidades, elaborado por Valor Econômico; IBGE e PNAD; Análise Strategy&

# *Ainda que o Programa tenha trazido avanços significativos, há oportunidades de melhoria*



## Aspectos Positivos

- 1 Programa de **grandes proporções** com resultados importantes na **redução do déficit habitacional**
- 2 Grande **participação do setor privado na execução** do programa a partir de **regulação do setor público**
- 3 Adoção de **juros reduzidos e prazos mais elásticos**, causando **movimento positivo no mercado** em geral
- 4 **Fomento** à atividade produtiva, envolvendo **pequenas e médias empresas** do setor
- 5 Geração de **emprego formal** na cadeia da construção
- 6 Incentivo à **melhoria operacional do setor** através do desenvolvimento de técnicas para produção em larga escala
- 7 Referência e **estímulo aos Estados e Municípios** para promoverem e **alavancarem suas políticas habitacionais**

## Oportunidades de Melhoria

- 1 Atualização periódica dos **limites do programa**
- 2 **Parametrização regional** do programa, potencializando seus impactos
- 3 Visibilidade no redirecionamento das verbas fiscais geradas pelo programa para **retroalimentação**
- 4 **Inclusão no Orçamento Plurianual (PPA)**, garantindo segurança sobre a continuidade do programa
- 5 Formatação de modelo que **inclua as 3 esferas de governo** para facilitar e ampliar o alcance do programa
- 6 **Ampliação do trabalho social que permita a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida dos residentes**, promovendo acesso aos serviços públicos, educação, saúde, oportunidades de emprego, formação profissional, atividades culturais e esportivas e informação

# *Em especial, é importante garantir a continuidade do Programa...*

## Propostas para Continuidade de Programas de Redução de Déficit Habitacional

### Perenidade do Programa

- **Perenidade** da política
  - Inclusão no Orçamento Plurianual (PPA),
  - Aprovação da PEC da Moradia Digna
- **Integração com políticas públicas** – alinhamento com saneamento, educação, transporte, segurança e lazer como forma de viabilização de projetos habitacionais

### Atualização Adequada de Parâmetros e Indicadores

- Formatação da política por **classe de renda** (0 à 3 sm, 3 à 6 sm e 6 à 10 sm) e **parâmetros regionais** – garantia de estímulos à produção
- Dinâmica de **auto regulação** – fortalecimento da continuidade da política
- Estabelecimento de **indicadores de acompanhamento** e garantia de controle isento

### Profundo Envolvimento dos Governos e do Setor Produtivo

- Inclusão das **3 Esferas de Governo** – balanceamento de estímulos e compartilhamento de benefícios
- **Participação do setor produtivo** – adequação da política à realidade de mercado

### Melhoria Contínua na Eficiência de Execução

- Estímulo à **desburocratização** – priorização de projetos nas prefeituras e cartórios
- Melhoria de **eficiência produtiva** – desenvolvimento de tecnologia de produção em larga escala
- Melhoria dos investimentos em **responsabilidade social empresarial**

---

## *... E manter a destinação de recursos, da poupança e do FGTS, para investimentos em habitação*

### Proposta para Manutenção do Aporte de Recursos para Habitação

#### Manutenção dos Recursos

- Preservação da destinação dos **recursos do FGTS para habitação, saneamento ambiental e mobilidade urbana**
- Manutenção dos **recursos da poupança para a habitação**

#### Autonomia do Conselho Curador do FGTS

- **Paridade de membros** entre governo e sociedade
- **Mesmo poder de voto** para os dois grupos
- **Presidência alternada** entre governo e sociedade

# ***Investimentos em responsabilidade social são importantes para a sustentabilidade da Habitação de Interesse Social***

## **Investimentos em Responsabilidade Social**

**Implantação de empreendimentos com capacidade de atendimento de infra estrutura e serviços**

**Implantação do empreendimento articulado a uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico**

**Implantação de ações com foco na vivência comunitária e condominial, no uso e na apropriação pelos grupos e famílias dos espaços coletivos, no relacionamento de vizinhança, no sentimento de pertencimento**

**Fomentar ações de mobilização junto à comunidade de formação profissional e/ou requalificação profissional dos moradores**

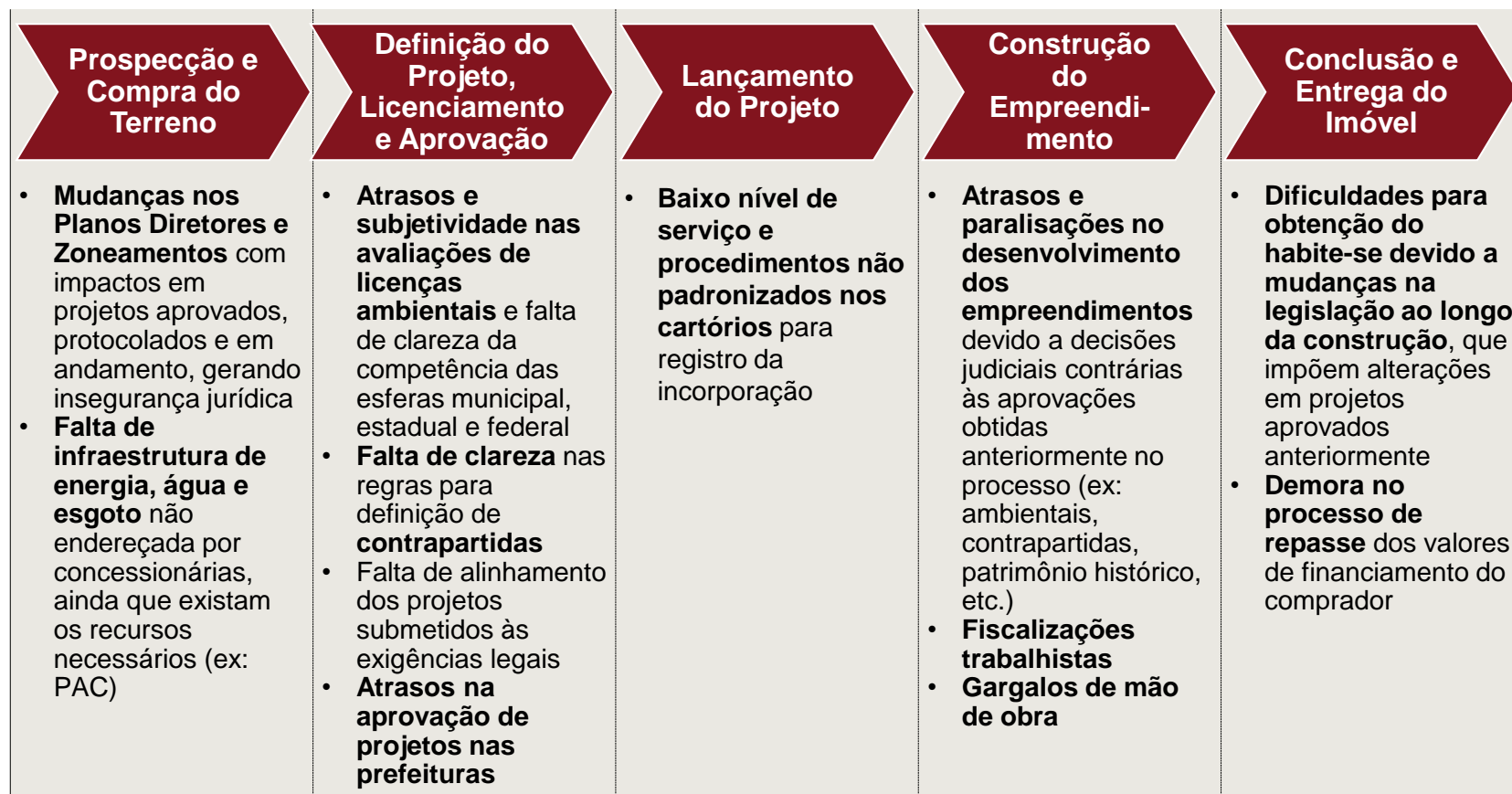
**Incentivar a inserção da população no mercado de trabalho**

**Promover ações de empreendedorismo, educação para a cidadania, etc**

**Necessidade de melhoria no processo de alinhamento das ações e recursos entre prefeituras, agentes financiadores e agentes sociais (Prazos e Preços)**

# *O desenvolvimento do setor imobiliário apresenta – dentro e fora da HIS – diversas barreiras burocráticas*

## Principais Gargalos na Cadeia Imobiliária



# *Ainda que existam gargalos em toda a cadeia, as principais causas são estruturas ineficientes nas prefeituras, cartórios...*

## Principais Causas dos Gargalos na Cadeia Imobiliária

### Processos de Licenciamento e Aprovação nas Prefeituras

- Falta de **corpo técnico nos municípios** (quantidade de pessoas e capacitação)
- **Processo não está estruturado** entre diversos órgãos – órgãos dispersos, não existe monitoramento dos processos
- Falta de **incentivos para análise rápida** de projetos
- **Insegurança de funcionários públicos** por responderem judicialmente como pessoa física pela aprovação

### Processos Cartorários

- Estruturas de cartórios **não acompanham o crescimento** de volume de projetos, gerando maiores prazos para execução (falta de capacidade)
- **Processos não informatizados**
- Cartórios tem **monopólio** em suas regiões, **sem incentivos para eficácia** e permitindo **livre interpretação de leis**, eventualmente ao seu benefício (ex: critério para exigência de documentos e cobrança)

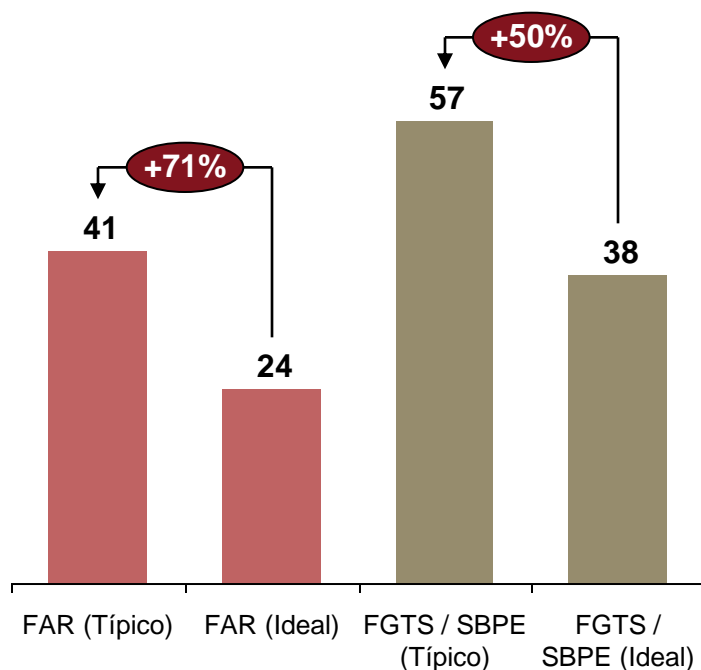
### Legislação

- **Leis não estão claras** e dão margem a diferentes interpretações (ex: RIV e contrapartidas)
- Legislações **desalinhadas entre esferas de governo** (ex: legislação ambiental com exigências contraditórias)
- Direitos adquiridos **não são respeitados** (ex: Direito de Protocolo)
- **Desalinhamento entre Prefeituras e MP** (ex: na aprovação de projetos com questões ambientais, de impacto na vizinhança ou de patrimônio histórico)

*... E legislação que não favorece segurança jurídica para desenvolvimento de negócios*

## ***Esses gargalos geram atrasos de até ~70% do cronograma, representando um prejuízo de R\$ ~19 bilhões por ano***

**Duração de Projetos Imobiliários** Por tipo de empreendimento; Meses



**Estimativa de Perda Anual por Ineficiência na Cadeia Imobiliária**

Casos	Estimativa de Ineficiência (% VGV)	VGV (R\$ Bi)	Estimativa de Ineficiência (R\$ Bi)
Fin. FAR	4%	21	0.8
Fin. FGTS	6%	48	3
Fin. SBPE	12%	129	15
<b>Total</b>			<b>~19 bilhões</b>

Fonte: Estudo "Custo da Burocracia" – CBIC



# *Uma agenda de proposições está sendo trabalhada em duas principais frentes*

## Agenda de Proposições

### Redução dos Custos Burocráticos

- 1 Engajar prefeituras de grandes cidades na implantação de melhores práticas, iniciando com pilotos em 2-3 cidades – segmentação da demanda, simplificação, unificação e gestão da eficácia dos processos de análise e aprovação de projetos imobiliários
- 2 Divulgar de forma abrangente as melhores práticas nos processos de análise e aprovação de projetos imobiliários, para obter maior abrangência
- 3 Desenhar um modelo para a digitalização e centralização de registros de propriedade
- 4 Alinhar os projetos imobiliários apresentados pelas incorporadoras às prefeituras municipais aos novos processos otimizados, permitindo a captura dos benefícios

### Segurança Jurídica

- 5 Revisar a legislação municipal de regulamentação de investimentos de contrapartidas para torná-la mais objetiva e garantir alinhamento dos investimentos exclusivamente aos impactos causados diretamente pelos empreendimentos
- 6 Harmonizar legislação de código de obras para aprovação de projetos entre municípios
- 7 Revisar legislação ambiental nas diferentes esferas de governo (municipal, estadual, federal) para eliminar ambiguidades
- 8 Buscar alinhamento das “regras não escritas do jogo” com todos os stakeholders com potencial influência no processo decisório – ex.: prefeitura, Ministério Público, juízes, IPHAM, CETESB, etc. – até que as mudanças legislativas sejam concluídas

*Infraestrutura*

*Infraestrutura Urbana*

*Mercado Imobiliário*

***Melhores Empregos***

*Inovação e Tecnologia*

*Sustentabilidade*

# ***Uma legislação trabalhista moderna, com fiscalização mais efetiva e aumento da capacitação tem papel chave no aumento da eficiência do setor***

## **Principais Questões de Relações trabalhistas na Eficiência da Construção Civil**

### **Adequação da Legislação Trabalhista ao Setor da Construção Civil**

- **Reconhecimento da legalidade da subempreita no setor da construção civil, prevista no art. 455 da CLT** – elemento chave para produtividade e desenvolvimento do setor
- **Adequação das legislações para emprego de jovens aprendizes e deficientes**, considerando as restrições impostas pela natureza da atividade de construção

### **Fiscalização mais efetiva, uniforme e justa**

- **Uniformização de critérios para fiscalização, evitando abusos e interpretações subjetivas**
  - Condições de saúde e segurança de trabalho
  - Definição clara de “trabalho análogo ao escravo”

### **Aumento da Capacitação**

- **Aumento da capacitação do trabalhador da construção civil para melhorar índices de produtividade** no setor em relação a outros países em desenvolvimento

# *É importante reconhecer a legalidade da subempreita na construção civil*

## Importância da Subempreita no Setor de Construção Civil

**Desenvolvimento de provedores de serviços especializados e com maior escala de atuação**

**Maior qualidade de serviços prestados**

**Menores custos na realização dos serviços**

**Incorporação das melhores técnicas e tecnologias disponíveis**

**Menor rotatividade no emprego**

## Situação Atual

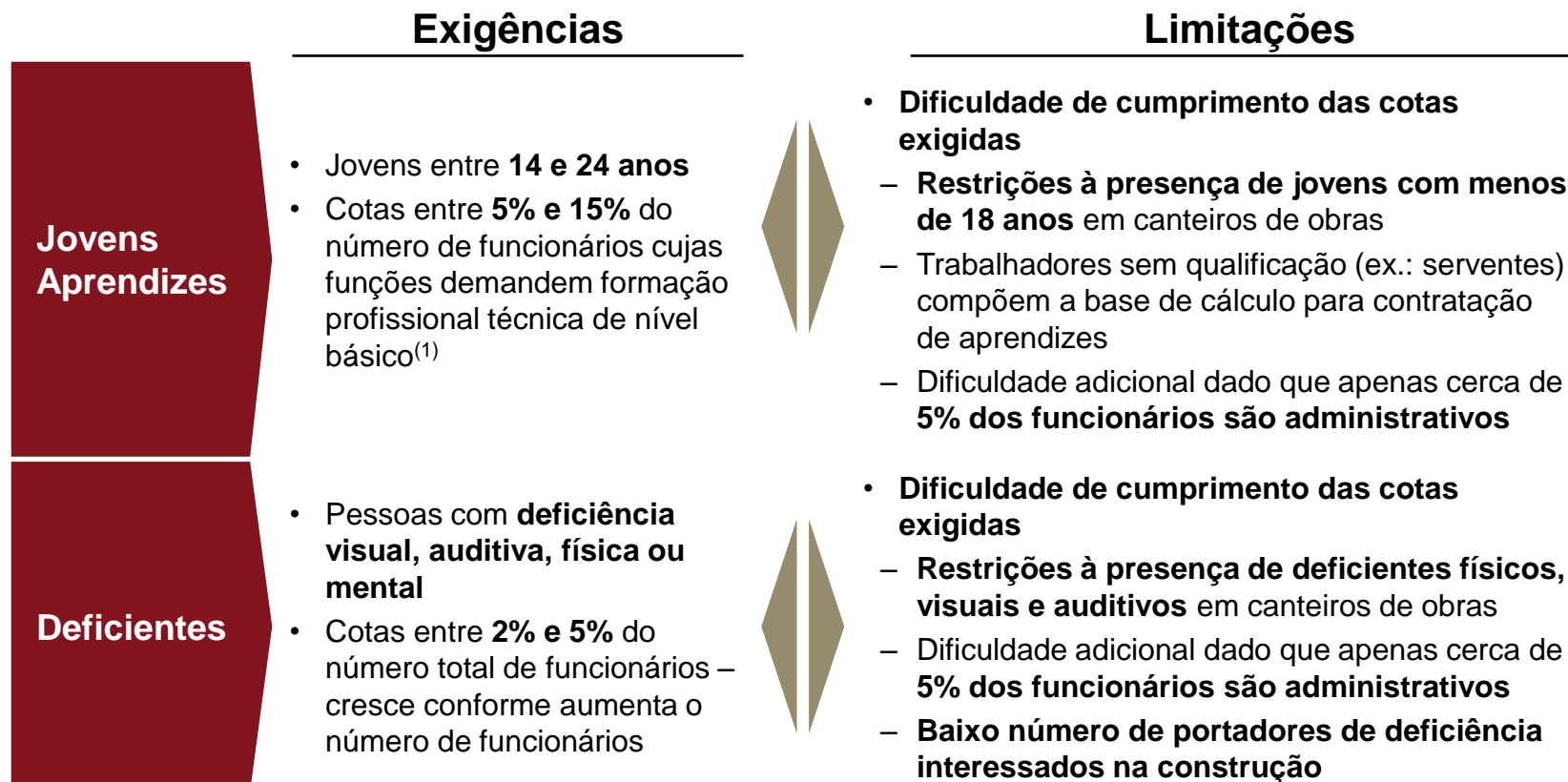
- O setor caracteriza-se por **trabalhos sob encomenda, sem localização permanente e com fluxo de produção descontínuo**
- **Há autorização legal**, dispondo que a subcontratação é permitida na construção civil, **independentemente de se tratar de atividade meio ou fim** da contratante – art. 455 da CLT
- A Nota Técnica NT 394/2012 da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT-MTE) **cancelou a NT 88/2008 que reconhecia a legalidade da subcontratação na construção civil**
- Necessidade de **estabelecer critérios para a fiscalização do trabalho nas subempreitadas da construção**

## Legalidade da Subcontratação na Construção Civil

- **Reconhecer a importância da subcontratação** no desenvolvimento do setor
- **Difundir a legislação vigente** quanto à **legalidade das subcontratações na construção civil** – art. 455 da CLT

# As legislações para emprego de jovens aprendizes e deficientes precisam considerar o contexto de trabalho no setor de construção

## Legislação de Cotas para Emprego de Jovens Aprendizes e Deficientes



(1) São descontados da base de cálculo diversos cargos, como: gerentes e diretores, funções que requerem licença para menores de 18 anos, contratos de trabalho temporário, entre outros

# *Uma fiscalização efetiva, uniforme e objetiva é importante para proporcionar um ambiente de trabalho adequado*

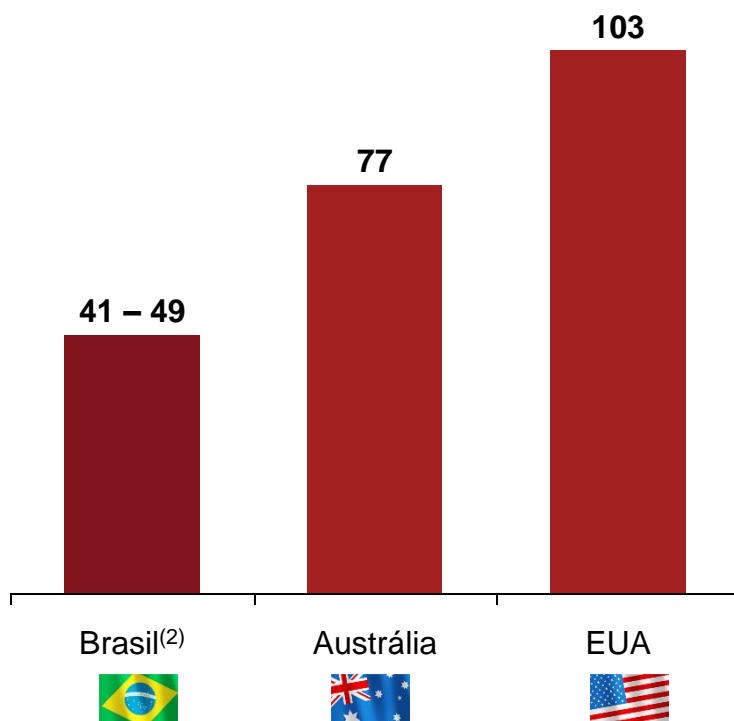
## Principais Mudanças Necessárias na Legislação e Fiscalização Trabalhista

Temas	Legislação	Fiscalização
Saúde e Segurança do Trabalho	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Necessidade de definição clara de situações</b> que configurem acidentes de trabalho de trajeto</li><li>• <b>Redefinição do cálculo do FAP</b> para desconsiderar acidentes de trajeto fora da alçada de responsabilidade do empregador</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Mudança no <b>critério das metas do trabalho dos fiscais</b> para balancear a fiscalização em obras / empresas de diferentes portes<ul style="list-style-type: none"><li>– <b>Combate ao trabalho informal</b></li><li>– <b>Eliminação de competição desleal</b> – empresas que não cumprem responsabilidades fiscais e de saúde e segurança</li></ul></li></ul>
Trabalho Análogo ao Escravo	<ul style="list-style-type: none"><li>• Definição de <b>características específicas</b> que configurem <b>trabalho análogo ao escravo</b></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Definição de <b>critérios de fiscalização mais claros</b>, diminuindo a subjetividade de interpretação aos fiscais na aplicação da lei</li></ul>

# Em adição, um amplo programa de capacitação é importante para melhoria da produtividade do setor

## Produtividade da Construção Civil

PIB da Construção por trabalhador<sup>(1)</sup>; US\$ mil; 2012



## Contexto Atual

- A produtividade, medida como valor agregado por trabalhador, pode ser utilizada como uma medida de eficiência do setor da construção
- Os atuais níveis de produtividade no setor de construção no Brasil estão **significativamente abaixo de outros países**
- **Investimentos em capacitação** são imprescindíveis no aumento da produtividade da construção no Brasil e devem ser aliados aos investimentos em tecnologia
- Historicamente, estima-se que **25-30% do total de trabalhadores formais está se beneficiando de seguro-desemprego**
- Essa configuração **estimula indiretamente a informalidade** durante o período do benefício
- Oportunidade de usar o período do seguro desemprego para **capacitar o trabalhador e combater a informalidade**

## Criação de um Programa Nacional de Capacitação

(1) A produtividade do setor depende de fatores que vão além da produtividade física da mão de obra, como por exemplo a utilização de tecnologia, máquinas e equipamentos; PIB ajustado pelo poder de compra (PPP)

(2) Intervalo calculado a partir de diferentes dados de emprego de trabalhadores na construção: Sinduscon, RAIS e PAIC

Fonte: World Bank; PAIC/BNDES; RAIS; SindusCon-SP; Australian Bureau of Statistics; US Bureau of Labor Statistics; Análise Strategy&

*Infraestrutura*

*Infraestrutura Urbana*

*Mercado Imobiliário*

*Melhores Empregos*

***Inovação e Tecnologia***

*Sustentabilidade*



# *Fomentar Inovação e Tecnologia é fundamental para o aumento da produtividade e eficiência na construção*

## Principais Ações Relacionadas à Inovação e Tecnologia

### Inovação e capacitação

- **Melhoria na estruturação do SINAT**, permitindo **agilidade no ciclo de aprovação e fomentando Universidades** – a falta de capacidade atual desestimula a inovação
- Reforço das **redes de institutos tecnológicos focados na construção**, como ISI-SENAI, convergente com o PISAC (Parque de Inovação e Sustentabilidade do Ambiente Construído)
- Elaboração de **programa de incentivos fiscais** para empresas do setor que adotem **práticas de inovação e invistam em C,T & I**, em especial em parceria com a academia
- Financiamento de máquinas e equipamentos nos moldes BNDES/ PSI – **com juros reduzidos, prazos longos e valores mínimos financiáveis acessíveis às micro e pequenas empresas**
- Elaboração de programas de **capacitação de micro, pequenas e médias empresas** para torná-las mais competitivas – ex.: parcerias com SEBRAE

### Pesquisa

- Criação de **Fundo Setorial de Ciência e Tecnologia** específico para a indústria da construção civil
- **Incentivo para universidades** no desenvolvimento de **pesquisas para soluções de gargalos** de demandas na cadeia da construção

# *O governo pode alavancar obras públicas para melhoria da qualidade da gestão e execução de obras e ser indutor do mercado*

## **Alavancagem de ações do governo**

Criação de normatização focada no desempenho da edificação, semelhante à norma ABNT/NBR 15575:2013, que é aplicável às obras residenciais, para demais empreendimentos públicos – aumentando a qualidade das obras alinhamento de melhores práticas utilizadas no setor privado

## **Setor Público como indutor de ferramentas de gestão e tecnologia para gerenciamento de obras públicas (ex. BIM)**

Uso dos grandes programas do governo e obras públicas para incentivar a aplicação de inovação no setor

Incentivo à qualidade da construção no setor público, monitorando a qualidade das obras e premiando os melhores desempenhos – ex.: De Olho na Qualidade Caixa

## **EXEMPLO**

### **BIM**

- **Tecnologia de planejamento e gestão de obras** que permite a **criação de estruturas 3D** e, a partir de informações pré-registradas, a geração do **orçamento completo da obra**
- Suas funcionalidades permitem **desenvolver um projeto mais preciso** em relação à obra real, **reduzindo ajustes e problemas no processo de construção**
- No término da obra, o **BIM gera o projeto “as built” a partir de atualizações realizadas ao longo da obra**, eliminando a necessidade e elaboração do mesmo

*Infraestrutura*

*Infraestrutura Urbana*

*Mercado Imobiliário*

*Melhores Empregos*

*Inovação e Tecnologia*

***Sustentabilidade***

# *A estruturação da legislação ambiental e o estímulo à iniciativas sustentáveis em construções são alavancas para evolução da eficiência no setor*

## Legislação Ambiental

### Consolidação da Legislação Ambiental

- **Uniformização da legislação** através de diretrizes nacionais
- **Integração das legislações das diferentes esferas de governo** – federal, estadual e municipal

### Criação de legislação ambiental específica para áreas urbanas

- A legislação ambiental não diferencia **áreas urbanas e rurais** na definição de Áreas de Preservação Permanente
- Legislação específica pode garantir um **equilíbrio adequado entre preservação e desenvolvimento**

## Sustentabilidade na Construção

### Estimular o setor para elaborar estratégias sustentáveis em três principais eixos de atuação

#### Energia



- Restrições impostas à hidrelétricas podem gerar impactos ambientais indiretos – incentivo às termelétricas
- Programas do governo podem revolucionar o uso de energia renovável

#### Resíduos



- Garantir a aplicação dos requerimentos do Plano Nacional de Resíduos Sólidos e incentivar a transformação

#### Água



- Políticas públicas para diminuição do desperdício de água e criação de incentivos para implantação de sistemas de captação de água de chuva

# *Um Código Ambiental Nacional, para integrar a legislação das diferentes esferas do governo, é necessário para aumentar a segurança jurídica do ambiente de negócios*

## Bases para Estruturação do Código Ambiental Nacional

### Uniformização da Legislação

- Estabelecimento de **diretrizes gerais nacionais** aplicáveis a todos os estados e municípios, mantendo **flexibilidade** para adequação local quando necessário

### Integração da Legislação

- Definição clara dos **níveis de competência** para cada **esfera de governo**
  - Na definição de restrições
  - Na aprovação de projetos, obtenção de licenças, certificações

**Aumento de  
segurança jurídica no  
ambiente de  
desenvolvimento de  
negócios**

# *A elaboração de legislação ambiental específica para a área urbana poderá acelerar o desenvolvimento sustentável destas regiões*

## Legislação Ambiental em Áreas Urbanas

- A legislação ambiental **não diferencia áreas urbanas e rurais na definição de Áreas de Preservação Permanente (APPs)**
- As restrições impostas dificilmente são cumpridas, resultando em **construções ilegais e /ou não aproveitamento de áreas pela população**
- **Uma legislação específica para áreas urbanas** pode garantir um equilíbrio adequado entre preservação e desenvolvimento

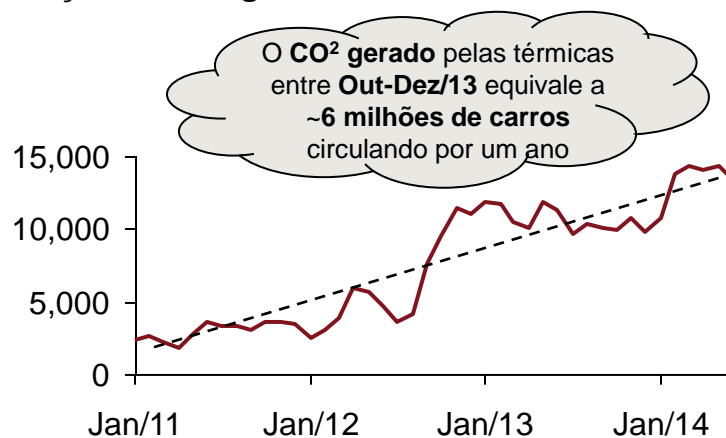
**Criação de legislação ambiental específica para áreas urbanas**

# Em energia, é importante reconhecer os impactos econômicos e ambientais das restrições impostas ao desenvolvimento de hidrelétricas

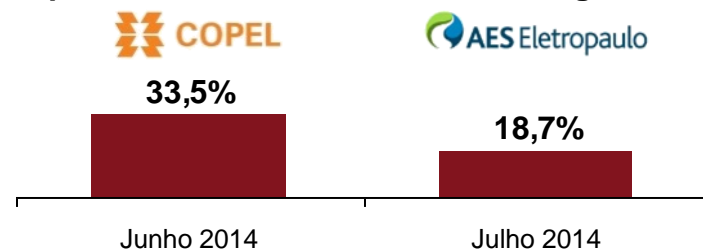
## Hidrelétricas e Impacto Ambiental

- Hidrelétricas que possuem **reservatório geram maior impacto ambiental** em comparação àquelas de fio d'água – **maiores áreas construídas e regiões inundadas**
- Com o aumento de **restrições a hidrelétricas com reservatórios**, a **capacidade de produção de energia é reduzida**
  - A Usina de Belo Monte, por exemplo, teve sua capacidade projetada reduzida em 60% devido à instalação de reservatório reduzido
- Tais restrições deveriam fomentar a utilização de outras formas de **energia renovável, como a eólica e a solar**
- Porém, houve **crescimento de uso das termelétricas** – com impactos ambientais e econômicos

## Geração de Energia Térmica Convencional MWmed



## Exemplos de Aumento na Tarifa de Energia Elétrica



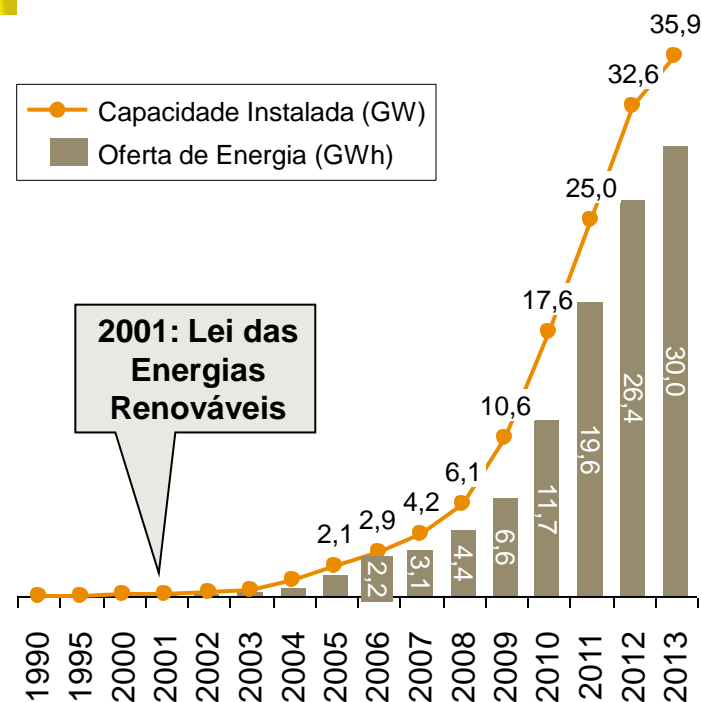
Fonte: ONS; Clipping; Análise Strategy&

# A Alemanha apresentou um enorme salto na utilização de energia renovável através de incentivos do governo

## Lei das Energias Renováveis – EEG

- Incentivo à produção de **energia elétrica de fontes renováveis**
- **Remuneração de produtores** de energia renovável, **inclusive residências** – tarifa varia por capacidade, produção e fonte utilizada
- **Garantia de venda de energia por 20 anos** – para viabilizar custos de instalação
- **Remuneração é decrescente conforme data de início de produção** – incentivo à melhora da relação custo-benefício das instalações
- **Recursos** para financiar incentivos foram **captados a partir do aumento da tarifa** dos consumidores em geral

## Evolução da Capacidade e da Oferta de Energia Solar na Alemanha

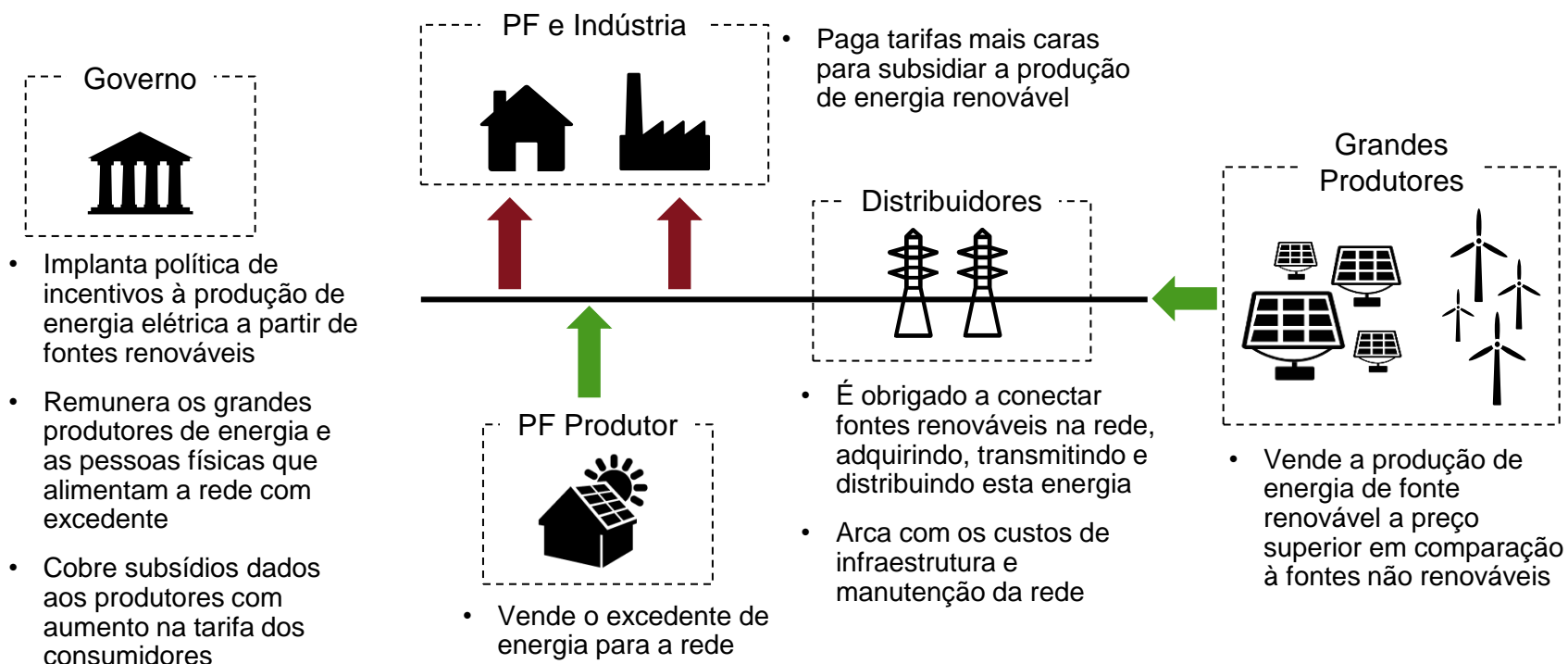


Fonte: AGEE-Stat "Development of renewable energy sources in Germany 2013"; "A Lei Alemã de Fontes Renováveis de Energia em Confronto com a Resolução Normativa nº 482/2012 da Aneel" da Série Aperfeiçoamento de Magistrados – EMERJ; Análise Strategy&



# A dinâmica dos incentivos envolve remuneração dos produtores de energia renovável e aumento na tarifa de consumo como fonte de recursos para os subsídios

## Dinâmica de Incentivos à Produção de Energia Renovável



Fonte: Lei das Energias Renováveis EEG; Análise Strategy&

# ***O IPTU Verde é uma medida de incentivo à ações sustentáveis que já é adotada em alguns municípios***

## **Incentivo à Sustentabilidade – IPTU Verde**

### **IPTU Verde**

- Incentivo à implantação de iniciativas sustentáveis em edificações
- **Desconto no IPTU** para proprietários de imóveis que seguirem **requisitos mínimos de sustentabilidade** em suas propriedades
- Exemplos de ações sustentáveis: **implantação de torneira com sensor, reuso de água de chuva, telhado verde, plantio de árvores** etc



- **Benefício de até 20% de desconto no IPTU** – valores para 2015
- Requisitos incluem **adoção de duas ou mais medidas de sustentabilidade ambiental e acessibilidade** de trânsito livre e seguro de pedestre e cadeirante
- **Fiscalização é realizada por equipe da Secretaria de Desenvolvimento Urbano**, que avalia as medidas e define o desconto



- **Benefício de até 4% de desconto no IPTU** – valores para 2015
- Qualificam-se contribuintes com imóveis edificados horizontalmente com **árvore plantadas na calçada (até 2%) e/ou área permeável (até 2%)**
- **Fiscalização é realizada por equipe da Coordenadoria do Meio Ambiente**, que verifica se os imóveis se enquadram no benefício

Fonte: Site das prefeituras; Clipping; Análise Strategy&

# *É importante incentivar a melhoria de eficiência na gestão da água*

## Propostas para Melhoria de Eficiência da Gestão da Água

### Eficiência na Gestão das Concessionárias de Água e Esgoto

- Desenvolver programas para a **qualificação da gestão das concessionárias** de serviço de água e esgoto, **para redução de perdas na distribuição** (acima de 40%, em média, no país)

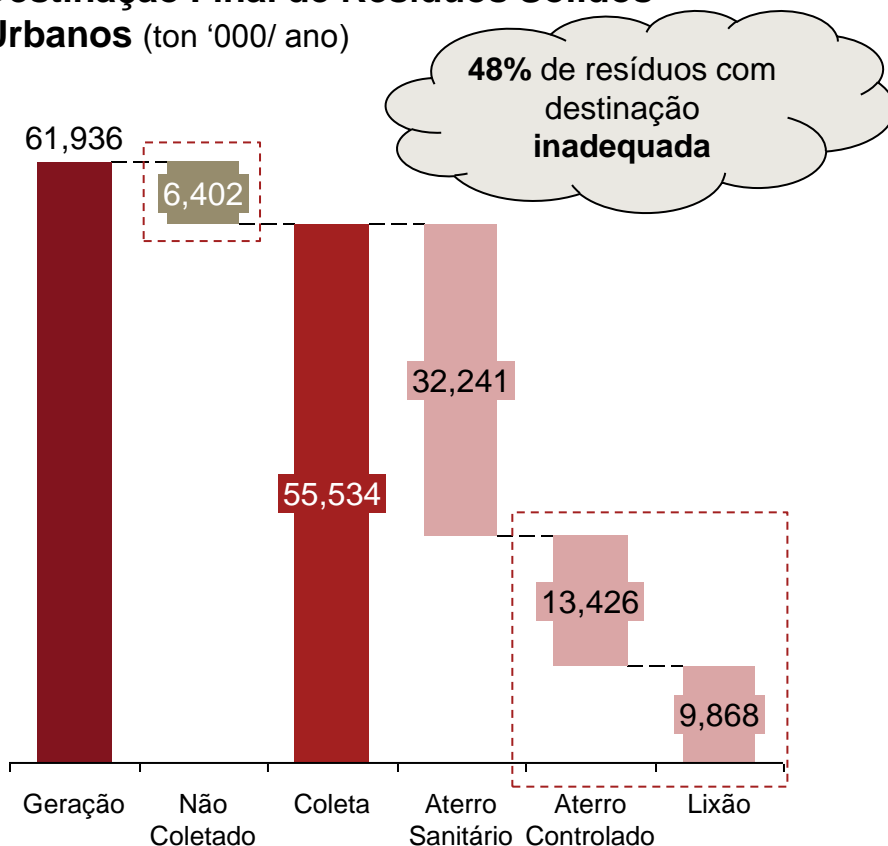
### Políticas Públicas para Eficiência no Uso da Água

- Criar incentivos que estimulem o **reaproveitamento das águas pluviais** em edifícios residenciais e comerciais privados
- Estimular a **contratação de projetos de obras que contemplem as melhores soluções para menor nível de consumo de água e/ou reaproveitamento das águas pluviais** em edifícios residenciais e comerciais
- Implantar **obrigatoriedade destas soluções em novas edificações públicas**

# Finalmente, é importante garantir destinação adequada a resíduos sólidos

## Destinação Final de Resíduos Sólidos

Urbanos (ton '000/ ano)



## Propostas para Gestão de Resíduos

- Promover parcerias público-privadas para a implementação das áreas de manejo de resíduos e estímulo à transformação.
- Criar incentivos para a efetiva implantação da logística reversa, incentivando correta separação de resíduos e consequente redução do volume de resíduos não-recicláveis
- Implantar sistema informatizado da gestão de resíduos para as cadeias geradora, transportadora e áreas de tratamento e destinação, aos moldes do estado de São Paulo

Fonte: Lei 12.305/10, ABRELPE - Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil 2011